

A mundialização do local

JOSÉ TEIXEIRA COELHO NETO

Curador-coordenador do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e consultor do Observatório Itaú Cultural de Políticas Culturais. Foi diretor do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP) e do Departamento de Informação e Documentação Artística (Idart) da Secretaria de Cultura de São Paulo. Publicou várias obras no Brasil e no exterior, entre as quais: *Dicionário crítico de política cultural*; *Guerras culturais*; *Usos da cultura*; *O que é indústria cultural*; *A arte do mito*; *A natureza das coisas*; *Virtude e aparência*; *Olhar e ser visto*. Bacharel em Direito e Ciências Sociais, tem mestrado em Ciências da Comunicação e doutorado em Teoria Literária e Literatura pela Universidade de São Paulo, da qual é professor titular.

Palestra proferida em 16.09.2010

Uma das melhores descrições de cultura que conheço é aquela segundo a qual “cultura é uma longa conversa”. Mas tem de ser uma conversa séria, aquela em que um fala e o outro ouve, depois aquele ouve e este fala. Só que é inviável estabelecer uma real conversa com uma plateia tão grande como a que faz presente neste seminário. Uma conversa sobre um tema só é eficaz em grupos que não tenham mais de oito pessoas, conforme tese defendida por um colega da Universidade de São Paulo.

Quanto ao tema desta mesa, destacarei alguns pontos sobre como vem se dando essa relação entre o global e o local. Provavelmente todos já ouviram uma fórmula que corre o mundo há alguns anos, segundo a qual é preciso “agir localmente e pensar globalmente”. Será que ela expressa efetivamente uma realidade? O que significa agir localmente? O que significa pensar globalmente? É possível estabelecer uma distinção entre agir e pensar? Posso ficar agindo de um lado e pensando do outro, sem fazer com que essas duas perspectivas convirjam para algum lugar? Tentemos refletir sobre isso partindo de uma abordagem um pouco diferente da questão.

Talvez a separação entre o local e o global não se dê de maneira tão nítida como sugere essa fórmula. Mas é sem dúvida provável que esteja ocorrendo a mundialização ou a globalização do local. Não discutirei aqui





se a palavra correta seria globalização ou mundialização. O que interessa é considerarmos que, nesse processo, talvez esteja ocorrendo, sim, a mundialização do local. Uma primeira pergunta pode surgir desde logo: *que* local está sendo mundializado efetivamente? O debate sobre essa questão tem um significado quando a referência é uma cidade como São Paulo. Ele terá um sentido bem diferente se o contexto for, por exemplo, Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. As duas cidades têm realidades distintas, cabendo fazer as adaptações caso a caso. Mas, como vivemos, hoje, sob o império dessa máquina que é a televisão e, agora, dessa outra tecnologia ainda mais invasora que é a internet, há muita coisa que pode ser pertinentemente comum a um habitante, a um operador ou a um profissional em Campo Grande e a outro em São Paulo. Isso apesar das características radicalmente distintas que existem entre São Paulo e Campo Grande, São Paulo e Atenas, São Paulo e Joanesburgo, e assim por diante.

Há, talvez, uma diferença de escala, mas é muito provável que a sensação seja a mesma. No fundo, como sabemos, o que importa muito para nossa vida é a sensação ou, dito de outra forma, a representação que nos fazemos de nossas condições de existência. A distância que existe entre a representação e as reais condições de existência, às vezes, é muito expressiva. Isso, muito frequentemente, não chega a representar um problema, uma vez que, como seres humanos, sempre preferimos levar mais em conta a representação das nossas condições reais de existência do que nossa existência propriamente dita. A representação que nos fazemos das nossas condições reais de existência, por meio da televisão ou da internet, é que, de fato, compartilhamos um mundo em que o local está ampliado em escala global.

Analisemos alguns exemplos do que vem a ser essa mundialização do local, para verificar se, de fato, ela se revela e como. Nova York representa um sonho mundial de consumo. Seria o global e o local no consumo da cultura. Ela é um caso claríssimo de mundialização do local. Onde quer que se vá, no mundo inteiro, ela é vista como um paradigma, a maçã que todos querem morder. Outro caso interessante e talvez até mais

*“O que significa
agir localmente?
O que significa
pensar
globalmente?
É possível
estabelecer uma
distinção entre agir
e pensar?”*

agudo, mais radical, por estar concentrado no tempo, é o fenômeno da Copa Mundial de Futebol. Por que os países disputam tanto o direito de serem sede de um evento que lhes custará uma fortuna? E sem que haja indícios claros de que essa enorme massa de dinheiro será compensada pelo aporte direto das pessoas que virão como turistas, pela exploração de direitos autorais e culturais ou por qualquer outra fonte. Sabemos que pode haver um abismo entre os recursos empenhados e o que voltará depois. Em alguns lugares se espera que os gastos acabem revertendo, de forma mais ou menos imediata, em benefícios para a população. Fenômenos como a Copa ou a Olimpíada, quando bem aproveitados, de fato trazem um aporte econômico considerável. Barcelona, na Espanha, sede da Olimpíada em 1992, se transformou visivelmente, porque houve um planejamento urbanístico, econômico e social visando aproveitar ao máximo o investimento que estava sendo feito. Infelizmente, nem sempre é isso que ocorre. Estamos aqui exatamente para entender por que eventos como a Copa Mundial de Futebol ou a Olimpíada são uma mundialização do local.

Um só mundo? Um só sonho?

Agora, devemos nos fazer algumas perguntas. Uma copa ou uma olimpíada é, de fato, uma mundialização do local ou é uma repetição da mesmice do local? Um evento acontece e se dá a sua mundialização. Mas, se isso vale para os que vão à cidade do evento, seja Pequim ou Joanesburgo, se para eles está havendo uma mundialização do local, estaria ela se dando para os que ficam em suas casas, vendo o evento pela televisão? Talvez sim, mas num sentido restrito. Para esses há a mera mesmice do local. Eles ligam o aparelho e veem um campo de futebol que é igual a qualquer arena similar do mundo. Antes do início da transmissão, mostra-se o exterior do estádio, podendo o espectador ver em que medida aquele estádio e aquele ambiente que o cerca são diferentes ou não de outros que ele conhece. Mas, uma vez que o evento em si começa, volta-se à mesmice, que nos é dada como alimento a nosso imaginário.

“Uma copa ou uma olimpíada é, de fato, uma mundialização do local ou é uma repetição da mesmice do local?”





Sem sermos tão rigorosos, fiquemos com essa questão. Um evento como a copa ou a olimpíada é um exemplo claro de mundialização do local. Essa ideia às vezes encerra propostas explícitas que são muito claras na sua mensagem, porém chocantes. Na Olimpíada de Pequim, em 2008, o *slogan* que acompanhava todas as transmissões televisivas era “um só mundo, um só sonho”. É, de fato, um só mundo? É, de fato, um só sonho? Se sim, as relações que ocorrem entre o local e o global, na verdade, mundializam o local. Mas a ideia de que estamos em um só mundo e vivemos um só sonho é complicada.

Há pouco tempo um *shopping* de São Paulo exibia um grande painel de uma marca de roupa. Não me recordo da marca – o que mostra que os esforços da publicidade em vender muitas vezes falham. Os *slogans* ficam em nossa mente, mas nos esquecemos dos produtos aos quais eles nos queriam remeter. O mencionado painel dizia: “As grandes mentes pensam igual”. Não é verdade! Uma mente é grande exatamente porque pensa diferente. As grandes mentes são aquelas que pensam de modo diferente o tempo todo. Se há uma coisa que aprendi da filosofia é uma observação de Ludwig Wittgenstein de que nossa obrigação, como seres pensantes, é pensar sempre sob outros pontos de vista, é mudar sempre a nossa perspectiva de encarar uma questão ou um problema. No entanto, fomos treinados e já nos acostumamos a pensar sempre da mesma maneira. Convoco todos vocês a pensarem em sua profissão, seu trabalho, seus problemas sob outros ângulos. Trata-se de uma atitude fundamental.

Se ressaltar isso, é porque no campo das ciências humanas, no qual nós, comunicadores, nos achamos inseridos, é raro pensarmos desde outra perspectiva. Os cientistas das chamadas ciências duras – físicos, químicos, biólogos e assim por diante – estão sempre dispostos a mudar a cada cinco anos suas crenças e ideias sobre a sua realidade. Sofremos um pouco com os efeitos que daí surgem, é verdade. Passamos anos de nossa vida ouvindo que não se deve comer manteiga. Depois nos dizem que não se deve usar margarina, porque ela, sim, é prejudicial. Pode parecer uma leviandade desses cientistas, mas a verdade é que isso é sintoma de uma posição muito interessante. Os cientistas desse campo estão abertos

“O *slogan* da última Olimpíada era ‘um só mundo, um só sonho’. É, de fato, um só mundo? É, de fato, um só sonho?”

a inovar periodicamente, não pensam sempre da mesma forma. Enquanto isso, a maior parte das ciências humanas se alimenta das mesmas ideias formuladas no passado. Na atualidade, a maior parte das ideias em vigor nas ciências humanas vêm do século XIX – e briga-se e morre-se por ideias velhas.

Voltemos à nossa questão. O que está acontecendo? Será aquilo que comentei no início, expresso na já velha fórmula de agir no local e pensar no global? Ou será a mundialização do local? E o que se busca quando se mundializa o local? Aparentemente, o pensamento único, do qual o *slogan* das Olimpíadas de Pequim é uma prova eloquente. Não foi sem razão que ele apareceu na China. Pensemos um pouco nas características do sistema sociopolítico daquele país. São 1,3 bilhão de habitantes! Um só sonho? Aí acrescentamos mais uns 5 bilhões de pessoas do restante da humanidade... Isso é assustador! Alguma coisa não vai bem com essa fórmula. Não é por aí que devemos caminhar. Quer dizer, mundializar o local não significa buscar um mesmo sonho sob todos os ângulos de visão. O que estaria por trás desse jogo entre o global e o local? É uma questão sobre a qual não costumamos nos interrogar, pois geralmente já recebemos respostas prontas e não nos pomos a refletir sobre ela.

Um dos aspectos centrais por trás desse dilema do global e do local, de mundializar ou não o local, é a questão da identidade. Este é o velho e, digamos assim, maldito problema: a identidade. Mas ele não seria tão maldito se não fosse a insistência quase que generalizada de se querer manter a identidade eternamente igual a si própria. Isso não existe. Nem nós somos iguais a nós mesmos. Eu não sou igual àquele indivíduo que eu era há dez ou vinte anos. Nem me lembro direito dele. Sou outro, tendo a ser outro. Parafraseemos um pouco o poeta francês Artur Rimbaud, para quem “je est un autre”, “eu é um outro”, numa expressão que radicaliza a estranheza da sensação correspondente. Podemos interpretar essa afirmação dizendo que eu sou tantos quantos forem os outros com os quais me deparo. Temos aí outra pista interessante para analisar a relação entre o local e o global.

*“Uma mente
é grande
exatamente
porque pensa
diferente. As
grandes mentes
são aquelas que
pensam de modo
diferente
o tempo todo”*





“Um dos aspectos centrais por trás desse dilema de mundializar ou não o local é a questão da identidade”

Pensar o eu diante do outro nos leva a um princípio de política cultural muito interessante e que devemos deixar bem claro. Refiro-me à questão da diversidade cultural. Vocês já ouviram sobre isso nas palestras iniciais deste seminário. Pode ser que, às vezes, tenham tomado contato com o assunto de forma enviesada ou até mesmo deturpada. O que é diversidade cultural? É o reconhecimento de que vivemos em um mundo múltiplo, em um mundo variado. Variado interna e externamente. Acho curioso ouvir que aqui no Brasil vamos agora dar atenção aos direitos das minorias culturais. O que se entende por minoria cultural em um país formado por minorias culturais? Alemães, italianos, espanhóis, húngaros, japoneses, coreanos, chineses, bolivianos etc. e mesmo argentinos que para cá vieram em grande volume quando da ditadura instaurada em sua terra nos anos 1970... Somos um país de minorias. Mas o que, de fato, vem a ser “país de minorias culturais”?

Direitos e diversidade

Enfim, existe diversidade cultural externamente e internamente, isto é, para simplificar as coisas, considerando a diferença entre países distintos e no interior de um mesmo país. Como essa afirmação se vincula com nossa discussão sobre o local e o global? Para chegar a essa equação, exponho uma questão que a antecede: a dos direitos culturais. O que são os direitos culturais? Como foram propostos? Por que foram propostos? O que eles nos propõem? Os direitos culturais surgiram como decorrência dos direitos humanos, formulados de maneira mais clara após a Segunda Guerra Mundial, como uma tentativa de barrar a repetição de fenômenos como os que aconteceram nesse conflito – a perseguição dos judeus, dos homossexuais, enfim, de todos aqueles que não tivessem o mesmo sonho. No caso, o sonho era especificamente nazista. Na verdade, os direitos humanos surgiram como reação não só ao que ocorreu na Alemanha nazista, mas também na União Soviética comunista, onde o número de mortos dos campos de concentração não deixou nada a desejar ao número de mortos no regime nazista. O que queremos lembrar é que os direitos humanos foram proclamados, em 1948, como reação a

tudo isso. Pouco depois surgiu a ideia dos direitos culturais, como desmembramento dos direitos humanos.

Quais são os direitos culturais presentes nos acordos que os países são convidados a subscrever com a Unesco? Como essa Declaração dos Direitos Culturais tinha de ser assinada, idealmente, por todos os países, os princípios nela contidos tinham de ser necessariamente muito restritos, genéricos, senão ninguém iria endossá-los. Quem lida com comunicação, com informação e com cultura, tem obrigação de saber quais são os direitos culturais. Assim como um engenheiro precisa conhecer os princípios que deixam uma coluna em pé, todo profissional da cultura e da comunicação tem de conhecer os três princípios básicos dos direitos culturais, os três direitos culturais básicos. Primeiro direito: participar da vida cultural. Segundo direito: usufruir dos avanços tecnológicos e científicos. Terceiro direito: todo criador deve ter sua autoria reconhecida e receber os benefícios econômicos correspondentes – direito autoral, *copyright* etc.

O primeiro direito, da participação na vida cultural, ninguém mais discute, em teoria. Mas, na prática, pouca atenção de dá a ele, no mundo inteiro. Quanto ao terceiro direito, como se trata de uma questão econômica, ele é mais claro e admite pouca dúvida, embora, novamente na prática, pouca eficácia tenha, pelo menos para os mais fracos numa relação econômica, como os indivíduos (os autores, os criadores, os inventores). Se alguém escreve um livro, os outros têm de reconhecer tal pessoa como dona dessa criação, que ninguém pode mexer nela sem sua autorização. E, além do mais, têm de admitir que algo lhe é devido por isso – enquanto não se mudar o sistema econômico do mundo inteiro.

O segundo direito, também pouco respeitado, diz respeito à fruição dos avanços tecnológicos e científicos. Significa, por exemplo, o fato de nos podermos beneficiar das inovações geradas pelos experimentos com células de embriões. Ora, durante o governo passado, os norte-americanos não puderam se valer disso, porque o presidente George W. Bush, por razões religiosas, não permitia que se aplicasse dinheiro público nas experimentações com células de embriões. Mas, o fato é que as pessoas têm o direito de

“Quem lida com comunicação, com informação e com cultura, tem obrigação de saber quais são os direitos culturais”





“Dois princípios guiam hoje a sociedade internacional civilizada: os direitos humanos e a diversidade cultural”

se valer dos avanços científicos e tecnológicos. Direito de acesso à internet, por exemplo. Só que na China, hoje, não se tem esse direito. O Estado se autodelega o direito de intervir, dizendo o que você pode ou não pode fazer em termos de internet. Na Coreia do Norte não se pode ter telefone celular. No Irã se impede o uso de antena parabólica, assim como em Berlim Oriental, quando ainda havia o muro, não se podia ter, em cima dos prédios, antenas de rádio ou de televisão voltadas para o lado ocidental.

Em suma, qualquer dos três direitos ainda é muito pouco observado. Detenhamo-nos um pouco no primeiro, que é particularmente interessante para nós: o de participar da vida cultural. Governos e políticos mal intencionados têm interpretado essa proposição de maneira restritiva. “Você tem o direito de participar da *sua* vida cultural”. E se eu quiser participar da vida cultural *do outro*, como faço? Moro em São Paulo e quero participar da cultura cinematográfica do Irã. Onde posso ver filmes iranianos? Ou o contrário: moro no Irã e quero participar da cultura cinematográfica brasileira. Como consigo exercer esse direito? É um direito complicado e muito difícil de ser posto em prática. Os governos vão dizer: “Não tenho dinheiro nem para subsidiar a vida cultural nacional e você me pede que eu ampare a vida cultural de outro país, só porque você tem direito? Fique esperando!” Mas está dito na declaração que tenho o direito de participar. Por que estou tocando nesse ponto? Porque toda boa técnica de direito diz que os princípios têm que ser interpretados de forma combinada, complementar. Nada é regido por um princípio só, tudo só pode ser devidamente entendido e regulado mediante a aplicação de vários princípios combinados.

Então, é preciso combinar o direito de participar da vida cultural, que se subentende como o direito de participar da própria vida cultural, expresso na Declaração dos Direitos Culturais, com o princípio da diversidade cultural, que reconhece a diferença na cultura, a existência de muitas caras culturais. Unindo as duas coisas, tem-se o direito de participação na vida cultural local e na vida cultural global, quer dizer, na vida do mundo todo. Enfim, essas questões são fundamentais quando colocamos em cena o que está em jogo entre o local e o global. O ponto que eu gostaria de ressaltar é que participar da comunidade mundial representa uma velha

aspiração do ser humano. As religiões procuram espalhar-se, buscando transformar os seres humanos em uma grande comunidade. Os partidos políticos e as ideologias políticas dizem a mesma coisa: somos irmãos internacionais, para lá de fronteiras. E por que isso? Porque há, de fato, um reconhecimento implícito de que, como diz o escritor italiano Cláudio Magris (que recebeu o Prêmio Príncipe de Astúrias de Letras em 2004) “as fronteiras cobram os seus tributos em sangue”. Sempre cobraram e, se não prestarmos atenção, vão continuar cobrando. Isto é, quando se insiste demais na identidade local, um conflito e uma tragédia sempre acabarão por acontecer.

Sabemos disso há tanto tempo que o nosso sonho é efetivamente a internacionalização da cidadania. Com isso ficamos em outra situação curiosa, nessa questão do global e do local: vivemos cada vez mais a multiplicação do local, que se espalha daqui para lá e de lá para cá, independentemente das identidades nacionais. Visto-me com um paletó de Nova York, como um queijo francês, tomo um vinho chileno, ando em um carro coreano... Dependo de tudo e de todos. Do que eu talvez menos dependa são as minhas condições nacionais locais, como qualquer outro cidadão do mundo. No entanto, quando me arrisco a transitar pelo mundo, me cobram um sinal de identidade que é absolutamente incontornável – o passaporte. Brasileiro não pode entrar nos Estados Unidos sem um visto, africano não pode entrar na Espanha sem ele e assim por diante. Nesse joguinho entre o local e global, estamos em uma fronteira do imaginário, o mais mundial, global ou amplo possível. E vivemos o tempo todo sob mensagens que nos levam a pensar dessa maneira, quando, na realidade, no instante crucial de fato, nos cobram um passaporte. E nos indicam e nos impõem uma identidade da qual não podemos nos livrar.

No campo da cultura e das artes se sente isso ainda mais particularmente. Se sou um escritor e escrevo em português, sem problemas: sou o que sou, sou a língua que uso. É diferente quando se trata de um artista visual que trabalha com imagens. Estas não têm passaporte. A imagem que está em um filme ou em um quadro de um artista, em uma instalação ou, ainda, em uma performance não tem certidão de nasci-



“A grande invenção cultural do século XX é a sociedade civil, algo que ultrapassa o local. Sim, a sociedade civil é uma invenção cultural”



mento. Por isso, um artista, hoje, se recusa terminantemente a cair nas armadilhas da identidade. Perguntaram a um artista mexicano de renome, Gabriel Orozco, como ele se definiria – como artista mexicano ou como artista do mundo? Ele disse: “Não sou um artista mexicano e nem um artista do mundo. Sou um artista mexicano quando me sinto assim e um artista do mundo também quando me sinto assim”. Em outras palavras, a identidade é móvel. Não me venham dizer que sou só deste local ou que sou do global. Não me venham dizer que tenho um sonho só meu e nem que participo de um sonho geral. Não existe um sonho só.

Para onde vamos?

É a pergunta desta mesa que retomo aqui. Geralmente é algo que pode ser traduzido em um programa de ação cultural; ou em um programa de ação política; ou, ainda, em um programa de política cultural. Para onde vamos, culturalmente?

Mencionei dois princípios que hoje guiam a sociedade internacional civilizada: os direitos humanos e a diversidade cultural. O perigo, aqui, é o de um relativismo simplista que diz que toda e qualquer cultura vale para toda e qualquer outra. Se alguém se pautar por essa posição, a única coisa que pode fazer é cruzar os braços e dizer: “Nada posso fazer contra essa eventual iniquidade, é essa a cultura do ‘outro’”. Haveria exemplos terríveis da impropriedade de se pregar esse relativismo, como o da dilapidação, em certas culturas, de mulheres supostamente infiéis. Já que citei nesta intervenção um assunto mais ameno, a Copa do Mundo na África do Sul, vocês se lembram do que aconteceu com as vuvuzelas: ninguém, no estádio, podia pensar, ninguém podia jogar direito, por causa do barulho infernal que elas faziam. Chegou a haver um movimento para proibir seu uso. Então, antes de um dado jogo, vi um comentarista de televisão muito “atualizado”, muito “contemporâneo”, muito “bem informado” dizer que se tratava de algo cultural, da cultura local, e que, portanto, não se podia fazer nada a não ser respeitar, quer dizer, suportar. Como não? Sem dúvida que sim! Não é porque algo pertence a uma dada cultura,

“O local se mundializa, sim. Não só pela propaganda, mas também pelo reconhecimento de certos princípios humanitários extremamente relevantes”

não é porque algo é cultural que se está obrigado a concordar com a prática. Temos uma ideia profundamente equivocada do que vem a ser “cultural”, do que vem a ser “cultura ligada à identidade local”, uma ideia equivocada dos direitos que se vinculam a isto ou a aquilo.

Diante desse quadro, é possível estabelecer uma carta ou, em todo caso, uma série de princípios que regem a ação em assuntos que interessam a todos, como a cultura ou a comunicação, e que devem ser afirmados o tempo todo se é que buscamos uma existência mais justa ou, em todo caso, mais adequada. São princípios que regem a vida contemporânea, sendo os dois primeiros deles aqueles que já mencionei: os direitos humanos e a diversidade cultural.

O terceiro princípio se refere à grande invenção cultural do século XX que é a sociedade civil, algo que ultrapassa as fronteiras do local. Sim, a sociedade civil é uma invenção cultural. No século XIX, a grande invenção cultural foi o Estado moderno. Este viveu bem por quase duzentos anos, mas hoje está vazando água por todos os poros possíveis e imagináveis. O indício mais claro disso é a falência do sistema de representação política. A sociedade civil é uma proposta cultural criada no século XX. Tem até data de nascimento: 1971, quando surgiu, no Canadá, o movimento Greenpeace, naquele momento liderado por *hippies* – gente cabeluda, calçando sandálias, que, com um barco pesqueiro a ponto de ir a pique, se pôs a protestar contra uma experiência atômica no norte da América do Norte. Perderam, pois o teste atômico aconteceu. Mas, por outro lado, ganharam, porque a sociedade civil aí está e já se faz presente em muitos congressos internacionais importantes envolvendo estados, com direito, pelo menos, a voz, ainda que sem direito a voto. A sociedade civil é, então, outro movimento de mundialização do local que precisamos ter em mente.

O quarto princípio é o da conectividade. Caminhamos para a conectividade total. Queiramos ou não, é por aí que estamos indo. Esta é, hoje, a aspiração, que às vezes chega a revelar-se de forma cômica. Muito frequentemente, vemos pessoas caminhando lado a lado em uma calçada. Então supomos que estejam andando juntas. Só que cada uma está com





o seu celular, conectada com alguém mais que está em qualquer lugar do mundo. Vamos a uma reunião com uma pessoa e estamos sentados diante dela. Seu celular toca e ela atende. Já fui obrigado, uma vez, a sair de uma sala, telefonar para quem estava à minha frente e dizer: “Sou eu. Sabia que você ia atender o celular. Por isso, converso por meio dele. Assim posso dizer-lhe alguma coisa”. Foi uma situação extrema. Mas, o que nos mostram hoje o cinema, a televisão, a internet e o telefone celular? O desejo de conectividade. O local fechado em si mesmo não existe mais. Ninguém quer ficar confinado a um local. Todos querem abrir extensões e conexões para o que está lá fora, para o outro que, supostamente, é igual a mim, mas que é diferente de mim. Facebook, Orkut, Twitter... Quem tem filhos sabe disso. Você mesmo conversa com duas ou três pessoas que nunca saíram muito do seu círculo, enquanto seu filho tem amigos na China, na Coreia do Norte, no Japão, na África do Sul...

O quinto e último desses princípios, tão claros e tão caros à política cultural, é o da inovação. Essa dinâmica entre o global e o local tem como motor e como objetivo a inovação. Sou um pouco exagerado quando digo que o local é a sede do mesmo e o global é a sede do novo, mas a verdade não está muito distante dessa constatação. Entrando por um caminho conexo, é o caso de lembrar que a sociedade civil visa ao novo, enquanto o Estado busca sempre o mesmo, tem que ater-se sempre ao mesmo. É por isso que ele cuida tanto da identidade e zela tanto por ela. “Sua identidade é esta, aqui está sua carteira que declara isso, não a perca, pois há uma multa se pedir uma segunda via”. Por que isso? Porque, para um governante, é mais cômodo controlar os iguais por meio da identidade atribuída. Mas, se o Estado estiver diante de uma multidão de diferentes, tudo será um pouco mais complicado. Então, dito de maneira um pouco simplista, o local é a sede do mesmo e o global é a sede do novo.

Esses cinco princípios, combinados, poderiam dar muito bem uma ideia do quadro da mundialização do local, isto é, dos princípios globais que afetam a vida local e que são princípios válidos, que vale a pena aplicar e reconhecer. Todos eles são importantes. Mas não resta dúvida de que um chama a atenção de modo especial: a emergência da sociedade

civil. A Agenda 21 da Cultura, importante documento para a área firmado em 2004 em Barcelona, surgiu de um movimento de cidades do mundo. Portanto, de alguma forma, resultou de um movimento ainda do poder público. Mas não se trata mais do poder público tradicional, o Estado central, e sim de um poder público muito mais ligado às pessoas, o poder público das cidades, muito próximo da sociedade civil. Essa agenda é um documento que todos os que trabalham com cultura e comunicação deveriam ler, guardando na mente, pelos menos, a sua essência. É um caso claro e precioso de mundialização do local.

Para terminar, digo que o local se mundializa, sim. Não só pela propaganda, pelo cinema ou pela televisão, que tendem a pasteurizar os comportamentos e as atitudes e que costumam ser vistos como negativos, mas também pelo reconhecimento de certos princípios humanitários extremamente relevantes que não são mais exclusividade de alguns lugares privilegiados, mas tendem a se ampliar e se espalhar. Felizmente!

